

POLÍTICA

A tendência é mesmo o parlamentarismo

Tanto o deputado Bernardo Cabral quanto o senador F. Henrique reconhecem: os constituintes estão pensando o tempo todo no novo sistema de governo.

Um papel mais restrito para as Forças Armadas?

Na Constituição da Nova República as Forças Armadas continuarão cuidando da defesa interna, mas apenas na garantia das medidas previstas na própria Constituição — e, assim mesmo, depois de convocadas pelo Executivo e ouvido o Congresso Nacional. E, o que é mais importante, elas não mais serão responsáveis pela garantia da lei e da ordem, assunto afeto à segurança pública e a ser previsto num capítulo à parte. A chamada defesa interna ficará incluída nas medidas de emergência e no estado de sítio (desaparecendo, portanto, o estado de emergência).

Essa, pelo menos, é a proposta contida no relatório do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), no que se refere ao polêmico papel das Forças Armadas no novo texto constitucional. Longe de ser o almejado pelos segmentos mais à esquerda da Constituinte, que defendem apenas a garantia da defesa externa para os militares, a proposição do relator da subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança distancia-se, igualmente, da proposição das Forças Armadas.

Nesse meio termo escolhido pelo relator Ricardo Fiúza concentram-se propostas acolhidas de vários lados. Assim, do Estado-Maior das Forças Armadas, como um todo, e dos ministérios militares, isoladamente, foram assimiladas a rejeição à criação do Ministério da Defesa, a manutenção do serviço militar obrigatório e da expressão "segurança nacional" (ao invés de defesa nacional, como propunha o

Projeto Afonso Arinos). E, embora mantendo as polícias militares ligadas normativamente ao Exército, sua subordinação administrativa será ao secretário de Segurança Pública de cada Estado.

SNI não é ministério

Além da mudança parcial que pretende introduzir na missão constitucional das Forças Armadas, o relatório da subcomissão de Defesa inova nos seguintes pontos: SNI, EMFA e Gabinete Militar não são ministérios. Ministros militares são apenas três: Exército, Marinha e Aeronáutica. Os demais são secretários, assessores do presidente.

O termo "segurança nacional", no parecer do relator, continua no novo texto constitucional, porém sob uma ótica diferente, uma vez que seus objetivos permanentes serão definidos pelo presidente da República e assessores e, posteriormente, segundo o deputado, submetido à apreciação do Congresso.

Na justiça militar, o relatório da subcomissão também não acompanha a proposta do STM e dos ministros militares — eles querem que o Superior Tribunal Militar continue a julgar crimes previstos na Lei de Segurança Nacional. Para o deputado Fiúza, justiça militar só cuida de crimes militares, ficando os crimes civis — sejam ou não de segurança nacional — afetos ao Código Penal. Sendo assim, acaba a Lei de Segurança Nacional, conforme admitiu o relator.

Uma proposta que prevê a dissolução do Congresso

A dissolução do Congresso constará da proposta de adoção do semiparlamentarismo que será apresentada à Subcomissão do Poder Executivo da Assembléia Constituinte, pelo relator do órgão, senador José Fogaça (PMDB-RS). O parecer será apresentado segunda-feira, para debate naquela subcomissão. Dissolvido o Congresso, haverá prazo para novas eleições parlamentares.

O senador gaúcho revelou ontem ter recebido com muita simpatia a sugestão do jurista paulista Miguel Realle Júnior, de criação do "Conselho da República", que substituiria o Conselho de Segurança Nacional. Esse conselho atuaria, inclusive, quando houvesse dissolução do Gabinete, para não deixar o presidente da República com poder absoluto.

José Fogaça, mesmo evitando adiantar seu relatório à Subcomissão do Poder Executivo, confirmou que irá sugerir o parlamentarismo não-ortodoxo. Na sua opinião, ele não poderá deixar de propor a dissolução do Legislativo, por iniciativa do presidente da República, "com mecanismos rígidos". Um dos motivos seria, por exemplo, a derubada de vários ministros ou de todo o Gabinete, ou a rejeição, duas ou três vezes, do primeiro-ministro indicado pelo presidente.

O senador peemedebista disse que não fará distinção entre ministros civis e militares. Os ministros terão as mesmas obrigações e de-

veres, nomeados da mesma forma pelo primeiro-ministro. Ele admitiu, porém, que o presidente da República terá competência exclusiva para nomear os chefes militares das três Armas — isto é, os comandantes.

"O presidente cuidará do almanaque. Os ministros militares terão funções políticas." Fogaça reconheceu que dificilmente seria acolhida a proposta de criação do Ministério da Defesa, com subsecretarias do Exército, Marinha e Aeronáutica. Mas não desmentiu a informação de que poderia sugerir essa inovação.

A duração do mandato do presidente ainda não está definida. O relator adiantou que, como se trata de uma questão política, terá de consultar o seu partido. Pessoalmente, Fogaça prefere mandato de quatro anos, no parlamentarismo ou no presidencialismo.

Mas salvaguardas, Fogaça pretende eliminar do texto constitucional as medidas de emergência e o estado de emergência. Além do clássico estado de sítio, o senador gaúcho poderá sugerir "estado de alarme", para eventuais comoveções sociais e "estado de emergência", para atender regiões assoladas por inundações, secas e outros fenômenos da natureza. Ele não pretende alterar a linha hierárquica no Executivo — presidente e vice-presidente. Os substitutos serão o presidente da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, nesta ordem.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, identificou uma tendência dentro da Constituinte favorável ao sistema parlamentarista de governo, o que, segundo ele, serviria para colocar de lado uma outra questão mais incômoda: a duração do mandato do presidente José Sarney. No sistema parlamentarista, a duração do mandato "torna-se questão secundária", entende Cabral.



Bernardo Cabral

lho realmente constitucional tenha sido iniciado.

Já o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, realizou ontem a última reunião com as bancadas peemedebistas para aferir pontos de vista e, com base nas opiniões colhidas, vai realizar um questionário, com cerca de 20 perguntas sobre

quais os pontos que o partido deve se fixar nos trabalhos da Constituinte. A iniciativa foi explicada pelo vice-líder Euclides Scalco, diante da ausência de um projeto de Constituição do PMDB.

Críticas

Embora o relator Bernardo Cabral tenha pedido prazos mais curtos, a apresentação, antecipada em cinco dias, do parecer do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) na subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, foi considerada pelo líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, como uma prova do desrespeito do PMDB para com a Assembléia Nacional Constituinte, pois somente hoje a secretaria de apoio à Constituinte deverá concluir a numeração de todas as sugestões através de propostas populares. No fim da tarde de ontem já haviam sido computadas 5.500 sugestões, faltando três mil outras para serem computadas. Apurou-se, porém, que cerca de 40% das propostas encaminhadas individualmente por populares à Constituinte pedem redução do tempo de trabalho para efeito de aposentadoria.

Ao ser ouvido ontem na Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais, o chanceler Abreu Sodré propôs o repúdio brasileiro à guerra de conquista, a adoção do princípio de não-ingerência em assuntos internos de outros Estados e igualdade soberana dos Estados como parte das preocupações dos constituintes com o ordenamento da política externa do Brasil.

A partir da saída do ministro Marco Maciel da chefia da Casa Civil, o senador pernambucano reassumiu suas atividades no Senado e passou a exercer de fato a presidência do PFL, aguardando a reunião do Diretório Nacional e a convenção partidária que deverá ser convocada para o próximo mês.

O presidente Sarney, amparado no computador do Planalto que tem tudo sobre todos os parlamentares constituintes, e um programador habilitado — Dr. Hargreaves — que alimenta a máquina e atualiza os dados, passou à ação direta.

Domingo, não houve comida à mesa para o dr. Ulysses, mas houve conversa. E essa conversa vinha aliçada em reunião da cúpula peemedebista realizada na véspera, com a presença dos ministros Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães, além de algumas lideranças e dirigentes partidários.

E foi com base nessa reunião e na conversa com o presidente Sarney que Ulysses Guimarães veio a São Paulo amarrar o governador Orestes Quécia no plano que passou a ser articulado pelo próprio chefe do governo.

E de toda evidência que Ulysses

e Aureliano desejariam os 4 anos de mandato para o atual presidente, enquanto os atuais governadores como Quécia e Newton Cardoso defendem os 6 anos ou o mandato-tampão que faça engatar o fim da administração estadual com a pretensão maior que é a presidência da República e a vice.

Se as bancadas de São Paulo e Minas amarrarem seu compromisso com a intermediação visando os 5 anos de mandato, o presidente Sarney terá alcançado um resultado pessoal muito importante.

Desde segunda-feira, em Brasília, para onde viajou o presidente do PMDB logo após o entendimento com o governador Orestes Quécia, que Ulysses não descansa o telefone nos contatos com os parlamentares, particularmente os do Nordeste, onde o desgaste foi maior. E esses telefonemas, longos e recheados de circunlóquios, não são feitos apenas para fora da Capital, mas igualmente para os constituintes que se encontram em Brasília.

As diligências de Ulysses casam-se com a nova posição do ministro Aureliano Chaves e, portanto, resultam de uma ação direta do presidente Sarney, patrocinando, agora,

Constituinte



Sarney define o mandato que quer: cinco anos.

Freitas Nobre

o mandato intermediário, ou seja, o período de cinco anos, tanto para sua administração quanto para os futuros chefes do Executivo.

Alguns parlamentares ficaram em dúvida a respeito dessa ação direta do presidente, pois ainda continuam alguns grupos defendendo o

mandato de seis anos. Entre esses, constata-se a lista de adesões à manutenção do período fixado pela Carta vigente e que tem o patrocínio do senador Carlos Chiarelli, com características de apoio do PFL como agrupamento partidário fiel por inteiro ao chefe do governo. Todos os senadores do PFL, conforme nos in-

formou o constituinte Marcondes Gadelha, subscreveram o documento que é uma espécie de solidariedade ao presidente. E certo que mesmo os que condicionam o período presidencial à fixação do sistema político a ser adotado (presidencialista ou parlamentarista), compreenderam o gesto de habilidade do Partido da Frente Liberal, especialmente numa fase de recomposição do Ministério.

De outra parte, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, não ignorando que a bancada do PMDB na Constituinte é predominantemente favorável aos quatro anos, mantém seu trabalho de aliciamento pelos seis anos de mandato. Ou não foi, ainda, avisado de que o presidente Sarney adotou a fórmula intermediária dos cinco anos, ou está mantendo a posição para ajudar a forçar a proposta que está trazendo algumas importantes lideranças a apoiá-la, e que já obteve, na reunião do governador Quécia com a bancada federal paulista do PMDB, alguns ponderáveis avanços.

Percebeu o presidente que não apenas ficava sem cobertura para os seis anos, mas que se desgastava junto às bancadas, insistindo numa solução impopular e de embasamento político precário, face às pretensões eleitorais já detonadas.

O discurso do presidente, ainda ladeado pelo ministro Fernando Lyra, da Justiça, no Palácio do Planalto e amplamente divulgado, com fotografia oficial distribuída na ocasião, assumindo o compromisso de limitar em quatro anos o seu mandato, na conformidade da promessa solene de Tancredo Neves, está sendo profusamente distribuído no Congresso aos parlamentares e aos jornalistas, em Brasília. Não escapam sequer os lobistas que de tão frequentes, muitas vezes, são tratados como senadores e deputados.

O exato é que o presidente Sarney assumiu o comando da fixação do período de seu mandato e os contatos com Aureliano, Ulysses, Marco Maciel e com alguns governadores da maior intimidade são feitos por ele, diretamente.

Ulysses, Quécia e alguns governadores, percebendo o empenho direto do presidente, já se definiram pelos 5 anos, mesmo a contragosto. O próprio presidente do PMDB encontrou, nessa saída estratégica, a fórmula de manter o diálogo com o chefe do governo, do qual é o substituto eventual com passagens seguidas pela chefia da Nação, como vai ocorrer, novamente, na última semana deste mês, com a viagem presidencial ao Uruguai.